

Marcelo Lemos Correia

**Breve análise sobre a produção midiática na
trama indigenista em Roraima**

Celacc/ECA-USP
2010

Marcelo Lemos Correia

Breve análise sobre a produção midiática na trama indigenista em Roraima

Trabalho de conclusão do curso de pós-graduação em Mídia, Informação e Cultura produzido sob a orientação do professor Dennis de Oliveira

Celacc/ECA-USP
2010

Agradecimentos

Aos professores Dennis e Moisés pelas excelentes discussões em sala de aula; aos amigos João e Maíra pelo incentivo e apoio emocional.

Sumário

LISTA DE ILUSTRAÇÕES	v
INTRODUÇÃO.....	7
O ESTADO DE RORAIMA.....	8
O TERRITÓRIO INDÍGENA	10
O TRABALHO DE CAMPO.....	12
A TRAMA INDIGENISTA	15
A PRODUÇÃO MUDIÁTICA EM RORAIMA	17
FOLHA DE BOA VISTA.....	20
BRASIL NORTE.....	21
CONSIDERAÇÕES FINAIS	23
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	24
APÊNDICE A - EQUIPAMENTO UTILIZADO EM RORAIMA.....	26
APÊNDICE B - CADERNO DE CAMPO	27
APÊNDICE C - CADERNETAS DE ANOTAÇÕES	28
ANEXO A - MAPA DAS POPULAÇÕES INDÍGENAS POR ETNIA	29
ANEXO B - MAPA DAS ÁREAS INDÍGENAS	30
ANEXO C - FAMÍLIA LINGUÍSTICA YANOMAMI.....	31
ANEXO D – O CASO DA DEMARCAÇÃO RAPOSA-SERRA DO SOL.....	32

Lista de ilustrações

FIGURA 1 – MAPA POLÍTICO DE RORAIMA.....	9
FIGURA 2 – EPIDEMIA-FUMAÇA.....	11
FIGURA 3 – PLANO GERAL DE AUARIS.....	13
FIGURA 4 – FERRAMENTA DO TRABALHO DE CAMPO NUMA ESCOLA INDÍGENA DE AUARIS.....	15
FIGURA 5 – CHARGE PUBLICADA NO JORNAL FOLHA DE BOA VISTA.....	20
FIGURA 6 – TEXTO JORNALÍSTICO PUBLICADO NO BRASIL NORTE.....	22

A produção midiática na trama indigenista em Roraima

Marcelo Lemos Correia¹

Resumo

Este artigo tem como objetivo desenvolver uma reflexão sobre a produção midiática em Roraima dentro do universo indigenista através do material produzido em pesquisa de campo realizada no Estado entre novembro de 2002 e julho de 2003 e dois recortes nos jornais Folha de Boa Vista e Brasil Norte no mesmo período. Foi utilizado como base teórica um ensaio de Perseu Abramo a respeito dos padrões de manipulação na grande imprensa e um quadro de referência proposto por Erving Goffman para o estudo da representação social. Essa pesquisa trouxe como resultado a percepção da imprensa roraimense não somente como manipuladora da informação, mas também como alvo da manipulação de outros atores na trama indigenista.

Palavras-chave: Etnologia indígena; Mídia; Representação Social.

Abstract

This article aims to develop a discussion about the media in Roraima, in the indigenous universe through the material produced in field research conducted in the state between November 2002 and July 2003. Was used as a theoretical basis test Perseus Abramo about the patterns of manipulation in the press and a framework proposed by Erving Goffman to the study of social representation. This search result was the perception of the press in the unfolding of the plot roraimense Indian not only as an agent handler information, but also as a target of manipulation by other actors.

Keywords: Indian Ethnology; Media Social Representation.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo desarrollar un debate sobre los medios de comunicación en Roraima, en el universo indígena a través del material producido en la investigación de campo realizada en el estado entre noviembre de 2002 y julio de 2003. Se utilizaba como base de pruebas teóricas Perseo Abramo sobre los patrones de manipulación en la prensa y un marco propuesto por Erving Goffman al estudio de la representación social. Este resultado de la búsqueda fue la percepción de la prensa en el desarrollo de la trama roraimense indio no sólo como un agente controlador de la información, sino también como un objetivo de manipulación por parte de otros actores.

Palabras clave: Etnología; Medios de comunicación; Representación Social.

¹ Executivo Público do Estado de São Paulo; bacharel em História.

Introdução

Este trabalho nasceu da repercussão midiática do longo processo de demarcação da terra indígena Raposa-Serra do Sol², situada no Estado de Roraima, em março de 2009. Tal episódio pautou o noticiário televisivo e fez parte das discussões em sala de aula durante o curso de pós-graduação. Esse foi o estopim do trabalho de busca e organização de um acervo pessoal constituído há cerca de oito anos quando participei como estagiário de um projeto destinado ao trabalho de educação e assistência à saúde indígena na região amazônica. A empreitada gerou um rico material referente aos estudos realizados na Reserva Indígena Yanomami e em outras localidades do Estado. Essa documentação permaneceu guardada até o início do curso de Informação, Mídia e Cultura, quando os conhecimentos adquiridos nas aulas despertaram o interesse pelo antigo trabalho de campo e resultaram na proposição de um novo tema de pesquisa.

7

Para a realização desse intuito, procederam-se as buscas pelos velhos cadernos de anotações, pelas cadernetas, fitas magnéticas de áudio e de vídeo, fotografias, fac-símiles de reportagens, etc. Nesse sentido, o presente artigo foi baseado num conjunto de informações coletadas e produzidas em outro tempo (2002-2003), mas a partir de uma perspectiva teórica recente. É nesse sentido que foi realizado este trabalho, pelo qual pretendemos compreender de que forma a produção midiática regional aconteceu dentro de uma trama indigenista composta por diversos atores sociais e num intenso cenário de conflito.

² Ver Anexo D - O caso da demarcação Raposa-Serra do Sol

O Estado de Roraima

Situado no extremo norte do Brasil, limitando-se com a República da Guiana e a República Bolivariana da Venezuela, Roraima possui uma topografia diversificada com a predominância de grandes altitudes na parte meridional, como é o caso do Monte Roraima, e das planícies interioranas ao sul constituídas de depósitos sedimentares. No tocante ao clima, o Estado apresenta umidade constante na região de floresta equatorial e aridez na área de savana. Essas características geográficas estão distribuídas entre os seus 15 municípios: Alto Alegre, Amajari, Bonfim, Cantá, Caracará, Caroebe, Iracema, Mucajaí, Normandia, Pacaraima, Rorainópolis, São Luiz do Anauá, São João da Baliza, Uiramutã e a capital Boa Vista, que surge às margens do Rio Branco com cerca de $\frac{3}{4}$ da população³ estadual. Devido aos fluxos migratórios e projetos de colonização, grande parte dos habitantes é oriunda de outros Estados do país, principalmente da região Norte e Nordeste. Roraima também possui uma grande diversidade de etnias indígenas em seu território: Hixkaryana, Ingarikó, Makuxi, Ingarikó, Taurepang, Waimiri Atroari, Waiwai, Wapixana, Yanomami, Yekuana. E abriga a maior reserva indígena do país - a Yanomami, com cerca de 5,6 milhões de hectares e extensas jazidas de ouro, cassiterita e diamantes.

³ Estimada pelo IBGE (2007).



Figura 1 – Mapa político de Roraima

O território indígena

A população indígena Yanomami é formada por aproximadamente 20.000⁴ pessoas distribuídas pelas comunidades que existem no Brasil e na República Bolivariana da Venezuela, todas situadas em regiões de difícil acesso. Não existe muito conhecimento sobre o passado dessa etnia, mas é certo que no século XX ocorreu o derradeiro encontro com a alteridade através de extrativistas locais, soldados em demarcação de fronteira e funcionários do SPI - Serviço de Proteção ao Índio.

Pouco a pouco, as missões evangélicas e católicas também estabeleceriam contato levantando postos permanentes em território indígena e constituindo "uma rede de pólos de sedentarização, fonte regular de objetos manufaturados e de alguma assistência sanitária, mas também, muitas vezes, origem de graves surtos epidêmicos (sarampo, gripe e coqueluche)". (ALBERT; GOMEZ, 1997: p.31)

10

Logo surgiriam os primeiros focos de garimpo, que aumentariam assustadoramente ao ponto da quantidade de garimpeiros ultrapassar em muitas vezes o número de indígenas na década de 1980. Tal situação causaria “um choque epidemiológico de grande magnitude (...) pesadas perdas demográficas (...) degradação sanitária generalizada e, em algumas áreas, graves fenômenos de desestruturação social” (ALBERT, 1992: p. 4) afetando diretamente o meio ambiente e o espaço de sobrevivência indígena por excelência. A seguir, vê-se um desenho de Morzaniel Yanomami e o relato sobre a chegada dos garimpeiros aos territórios indígenas:

⁴ Somente no Brasil são 12.767 pessoas, sendo 4.774 no Amazonas e 7.993 em Roraima; todas distribuídas em 173 comunidades segundo a FNS - Fundação Nacional de Saúde (2001).



Figura 2 – Epidemia-fumaça

“Depois que os brancos chegaram a esta floresta, a epidemia-fumaça veio atrás deles e ficou. Por isso ainda estamos doentes sem parar. Quando os brancos estão doentes contaminam os Yanomami e depois a epidemia devora todo o mundo. Aos olhos dos pajés ela é bem visível, com suas cores amarelas, laranjas e vermelhas. Ela é muito faminta de carne humana e por isso, quando ela engole um Yanomami, ele morre”. (ALBERT, 2000: p. 532)

A “epidemia-fumaça” afetou o lugar de moradia indígena que sempre foi a mata ou, na língua nativa, *urihi* a “floresta e seu território”. Na verdade, *urihi* significa mais que isso, por exemplo, *ipa urihi* quer dizer “minha terra” ou *thëpë urihipë* “floresta dos seres humanos”, mas, sobretudo, *urihi* significa o mundo, tanto que *Urihi a pree* quer dizer “grande

terra-floresta" na interpretação cosmológica do termo. Para Bruce Albert (2010, p.1): “Fonte de recursos, *urihi*, a terra-floresta, não é, para os Yanomami, um simples cenário inerte submetido à vontade dos seres humanos. Entidade viva, ela tem uma imagem essencial (*urihinari*), um sopro (*wixia*), bem como um princípio imaterial de fertilidade”. E da mesma forma pode-se compreender a relação de outras sociedades indígenas com a terra, seja no lavrado ou na floresta, o território indígena envolve sempre vários aspectos que não apenas um lugar para o plantio do roçado destinado e a sobrevivência.

O trabalho de campo

Em 2002, logo após a chegada ao Estado de Roraima, fui enviado para a região de Auaris, situada no extremo oeste do município de Amajari e a duas horas de vôo da capital. Esse lugar está incrustado na densa floresta amazônica e acompanha o curso do rio Auaris, por onde estão distribuídos os membros da comunidade indígena Sanüma, designação empregada como subdivisão da família linguística Yanomami. Em determinado ponto do rio, na divisa com a República Bolivariana da Venezuela, está presente também uma comunidade Yekuana, etnia da língua Karib, que divide a região com as entidades *napë* (pessoa não indígena) venezuelanas.

Na próxima figura, é possível observar um plano geral de Auaris contendo a região ocupada pela etnia Yekuana (1), a pista construída pelo Exército (2) onde foi instalado um quartel do 5º Pelotão Especial de Fronteira; uma escola e um posto de saúde. Depois, vê-se também o pólo de fiscalização da FUNAI – Fundação Nacional do Índio e um antigo aldeamento da MEVA – Missão Evangélica da Amazônia, além das várias moradas de uma comunidade Sanüma.



Figura 3 – Plano geral de Auaris

O tempo que permaneci na floresta foi fundamental para a compreensão de alguns aspectos da realidade Sanüma. Embora esse estágio em Auaris tenha durado cerca de duas semanas, foi determinante para a produção de um rico material etnográfico. Entretanto, a maior parte da documentação utilizada no presente artigo foi produzida em Boa Vista e nos vários municípios do interior, pois com o retorno de Auaris, passei por outras comunidades indígenas e outros centros urbanos. De qualquer modo, os procedimentos metodológicos empregados nos trabalhos de campo foram delineados a partir de um enfoque antropológico, privilegiando a observação direta e participante. Para tanto, contei com algumas ferramentas: um gravador portátil, uma máquina fotográfica e um inseparável caderno de campo. Parte da investigação bibliográfica ocorreu na floresta, mas aconteceu principalmente na Universidade Federal de Roraima – UFRR para a consulta de livros e periódicos (além da conexão com a Internet) e na hemeroteca da Secretaria da Cultura.

Parte desse material produzido em Auaris, na cidade de Boa Vista e nas incursões pelo interior do Estado de Roraima, foi revisto para o presente artigo. Ele é composto por mais de duzentas fotografias, dez horas de vídeo, oito horas de áudio, cinco cadernos de campo, três cadernetas de anotações de registros fotográficos, dezenas de fac-símiles dos jornais pesquisados na hemeroteca central e quatro produções jornalísticas relevantes ao tema, das quais duas foram utilizadas: uma charge do jornal Folha de Boa Vista e um artigo do jornal Brasil Norte. Destaca-se que somente os artigos dos jornais citados e os cadernos de campo foram relidos integralmente para o desenvolvimento deste trabalho.

É oportuno destacar que a problemática que originou a pesquisa em Roraima surgiu apenas durante o trabalho de campo e a vivência nas comunidades indígenas, ou seja, não houve a elaboração de um projeto de pesquisa anterior ao contato. Inicialmente, tratava-se apenas de um estágio nas escolas indígenas de Auaris. Essa situação, para o professor Antonio Carlos Gil (1991, p. 29), é absolutamente compreensível na medida em que "por se vincular estreitamente ao processo criativo, a formulação de problemas não se faz mediante a observação de procedimentos rígidos e sistemáticos" e assim, a necessidade de imersão total em campo para depois refletir sobre possíveis questões de pesquisa (SEVERINO, 1996: p. 20) ficou clara apenas no decorrer das atividades.

Dessa forma, o tempo de vivência naquela realidade propiciou a base necessária para a escolha de um tema de pesquisa em Roraima. Segundo a professora Maria Nazareth (2006, p. 116), "a possibilidade de conhecimento de um fenômeno em todos os seus aspectos e propriedades começa na percepção sensorial da realidade objetiva". Em suma, o contato com aquela realidade também determinou um procedimento, por assim dizer, teórico-prático de pesquisa. Foram recolhidos dados e informações, partindo-se da observação e registrando-se os dados para que não fossem perdidos na memória.



Figura 4 – Ferramenta do trabalho de campo numa escola indígena de Auaris

A trama indigenista

Passou-se muito tempo até que fosse possível perceber o maior obstáculo encontrado para a realização do trabalho de campo em Roraima, ou seja, a trama indigenista e o cenário na qual ela estava constituída. Naquele tempo, as terras de Raposa/Serra do Sol estavam próximas da homologação e a imprensa local fervia de notícias. No centro dessa enorme teia de interesses escusos e articulados estavam as grandes empresas mineradoras (por conta do rico subsolo disponível nas terras indígenas), as missões religiosas, as organizações financiadas pelo governo e receptoras de vultosos recursos estrangeiros, o Exército, os latifundiários, a própria mídia e, surpreendentemente, a Universidade, que também possuía interesse nessas regiões por serem as últimas áreas remanescentes de grupos indígenas relevantes para a pesquisa científica em diversas áreas do conhecimento.

Essa miríade de relações que permeia toda a vida em sociedade e pode ser estudada com mais facilidade em pequenas instituições, foi estruturada por Erving Goffman por meio de uma perspectiva teatral. Ele propôs um modelo bastante simples de análise:

“Considerarei a maneira pela qual o indivíduo apresenta, em situações comuns de trabalho, a si mesmo e as suas atividades às outras pessoas (...). O palco apresenta coisas que são simulações (...). A platéia constitui um terceiro elemento da correlação, elemento que é essencial, e que, entretanto, se a representação fosse real não estaria lá. Na vida real os três elementos ficam reduzidos a dois: o papel que um indivíduo desempenha é talhado de acordo com os papéis desempenhados pelos outros presentes e, ainda, esses outros também constituem a platéia”. (GOFFMAN, 2001: p. 9)

É nesse sentido que se compreende, no presente artigo, a trama indigenista, ou seja, a forma como ela aparece em Roraima. Descortina-se, inicialmente, o cenário social do Estado com os seus vários atores em diversos papéis: os índios, os missionários, o governador, os dirigentes das Organizações Não Governamentais, os garimpeiros, os comandantes militares, os latifundiários, a população urbana, etc. Não se tem a intenção de desenrolar uma lista com todos os atores que atuaram no período de pesquisa em Roraima e sim explicitar a existência de uma trama indigenista da qual a imprensa regional faz parte. E mostrar que a produção midiática acontece dentro desse universo, apresentando coisas reais, mas que por vezes são bem ensaiadas.

Porque no meio dessa trama o noticiário regional é publicado por jornalistas que são impressionados por outros atores:

“A expressividade do indivíduo (e, portanto, a sua capacidade de dar impressão) parece envolver duas espécies radicalmente diferentes de atividade significativa: a expressão que ele transmite e a expressão que emite. (...) O indivíduo evidentemente transmite informação falsa intencionalmente por meio de ambos estes tipos de comunicação, o primeiro implicando em fraude, o segundo em dissimulação”. (GOFFMAN, 2001: p. 12)

E o leitor lê a notícia como ator secundário, estabelecendo uma relação indireta com a realidade, e percebendo ou não o cenário que está montado. Esse fato é relevante para a que se possa compreender não somente a manipulação da imprensa sobre o leitor dos jornais em Roraima, mas também a manipulação da própria imprensa por atores que participam da trama.

A produção midiática em Roraima

Roraima passou por uma série de conflitos interétnicos relacionados à demarcação da Reserva Indígena Raposa/Serra do Sol durante todo o tempo do trabalho de pesquisa (2002-2003). O Estado foi palco de uma série de embates entre índios e não-índios com forte cobertura da imprensa local que publicou diversos artigos, fotografias, charges e reportagens em torno das sociedades indígenas residentes em Roraima e dos problemas fundiários nesse período. Parte desse material foi coletada à época e agora é utilizado para ilustrar a trama indigenista.

A existência dos jornais roraimenses sempre apresentou uma ligação bastante forte (ou explícita) com os grupos políticos regionais. Segundo Leite de Lima (2001, p. 27), a história da mídia impressa na região amazônica teve início muito tardiamente em relação ao restante do país. Surgiu apenas em 1850 com o aparecimento do primeiro jornal impresso da região. E mesmo assim, houve uma enorme dificuldade para a manutenção do periódico, seja pela “ausência do hábito de leitura, inclusive na população de origem lusa, de grande maioria analfabeta”, quanto pela tradição oral das sociedades indígenas. E, além disso, a maior parte não possuía o português como língua materna.

Dessa forma, muitas publicações de caráter jornalístico apareceram e desapareceram num breve intervalo de tempo. Na região do Estado de Roraima, a mídia impressa surgiu somente em 1914, sendo que ao final de cinco anos já havia deixado de existir. Nas próximas décadas nenhum periódico circularia por ali. Em 1947, com a instalação da Imprensa Oficial, seria criado um novo jornal, publicado pelo governo e intitulado Boa Vista, que serviria de fonte de informação para a população roraimense até a década de 1980, quando o jornal é fechado e cede espaço para a iniciativa privada. Nasceram, então, os três periódicos com maior tempo de duração no Estado de Roraima: O Diário; A Gazeta de Roraima; e Folha de Boa Vista que existe até hoje.

Essa imprensa atuou na trama indigenista produzindo um rico material voltado à realidade regional. E ofereceu ao leitor uma relação indireta com essa realidade. E esse fenômeno poderia ser percebido apenas (ou com maior facilidade) quando o leitor estivesse inserido no próprio cenário retratado pelo jornal, ou seja, no papel de protagonista ou testemunha daqueles fatos. Segundo Perseu Abramo (2003, p. 24), a “maior parte dos indivíduos (...) move-se num mundo que não existe, e que foi artificialmente criado para ele justamente a fim de que ele se mova nesse mundo irreal”. Essa idéia de manipulação encontra respaldo na ligação que os jornais mantêm com os grupos de poder. Embora a quantidade de notícias pesquisadas para a redação deste artigo tenha sido pequena, é possível recolher das anotações nos cadernos de campo, uma série de trechos sobre as relações existentes entre os arrozeiros, latifundiários do Estado, e os jornais locais.

Destaca-se que tanto a Folha de Boa Vista quanto o Brasil Norte são de propriedade privada e, portanto, duas explicações de cunho econômico poderiam ser levantadas: a primeira é de que os anunciantes imporiam ao dono dos jornais algum tipo de manipulação; a segunda é de que os próprios empresários de comunicação manipulariam e distorceriam a informação para agradar os seus leitores. Entretanto, esses fatores seriam apenas parte do

fenômeno, pois “é evidente que os órgãos de comunicação, e a indústria cultural da qual fazem parte, estão submetidos à lógica econômica do capitalismo, mas o capitalismo opera também com outra lógica – a lógica política, a lógica do poder -, e é aí, provavelmente, que vamos encontrar a explicação da manipulação jornalística” (ABRAMO, 2003: p. 43).

Essa lógica política aconteceria de diversas formas na trama indigenista, num intrincado jogo de relações que fogem ao escopo do artigo, mas que podem ser verificadas através das singularidades que se repetem na formulação e na estratégia de divulgação da mensagem jornalística. Nesse sentido, alguns padrões sugeridos por Perseu Abramo (2003, p.24) destacam-se no material produzido pelos jornais; entre eles: o de fragmentação da notícia; o de inversão da sua relevância; e o de indução do leitor. Entretanto, não é tudo que a imprensa manipula e nem toda imprensa que age assim. No caso de Roraima, no período de pesquisa em campo, existiam apenas dois jornais de grande circulação: Folha de Boa Vista e Brasil Norte. Para Soares, “a maioria desses jornais [roraimenses] estiveram (*sic*) atrelados a grupos políticos e econômicos, os quais usavam esse meio para se promoverem na política”. (LIMA, 2001: p. 26)

Folha de Boa Vista

Esse é o jornal de maior abrangência e tempo de circulação no Estado de Roraima. Produzido diariamente, contava com uma venda de aproximadamente 5.000 exemplares, sendo publicada apenas uma edição aos finais de semana; possuía um *site* na internet, arquivo próprio e infra-estrutura informatizada. Em 2002, Getúlio Cruz, dono e diretor do periódico, foi candidato a senador.

Jornal: Folha de Boa Vista

Data da publicação: 06/11/2002



Figura 5 – Charge publicada no jornal Folha de Boa Vista

Nessa charge estão representados três personagens: a do arroteiro com um trator; a do responsável pela política indigenista; e a do indígena com um pequeno rádio de pilha. Nesse caso, está representada também, mas de forma implícita, a divisão entre o mundo do trabalho e o mundo da ociosidade. Destaca-se que é transmitido para o leitor somente o ponto de vista do arroteiro. Não existe voz para o indígena que aparece vestido em trajes urbanos e com um adereço na cabeça, algo que remete ao solidéu utilizado na Igreja Católica. É uma charge que retira da problemática sobre a homologação da reserva os motivos das populações indígenas que lutam pela demarcação de suas terras. Inverte a relevância dos fatos e, mais que isso, ao invés de orientar o leitor à formação de uma opinião própria e crítica destinada à tomada de decisão, induz, persuade, instiga o leitor a ver o mundo como querem que ele o veja. Isso é o que torna a manipulação um fato essencial na grande imprensa e na imprensa do Estado de Roraima.

Brasil Norte

Esse jornal surgiu pelas mãos dos empresários Carlos Coelho e Rivaldo Fernandes. A sua primeira edição foi publicada em Boa Vista no ano de 1997. Possuía uma tiragem diária de aproximadamente 1.300 exemplares e contava com um *site* na internet. Era o porta-voz do ex-governador Neudo Campos. Não circulava por outros municípios e apresentava menos páginas e conteúdo que o jornal concorrente Folha de Boa Vista. Detinha uma modesta infraestrutura e seu arquivo não era aberto ao público.

RAPOSA/SERRA DO SOL

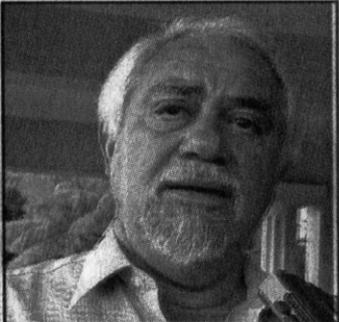
Salomão alerta sobre possíveis conflitos

A expectativa em torno da definição do presidente Lula em homologar a reserva Raposa/Serra do Sol tem gerado preocupação. Para o vice-governador Salomão Cruz (PFL), o impasse não deve perdurar e o Governo Federal não pode ceder às pressões de ONG's ou corre o risco de incentivar conflitos sem precedentes em Roraima.

A Raposa/Serra do Sol, segundo o vice-governador, é emblemática para o Estado. "Todos nós pedimos uma definição. Entendo que a forma como foi proposta em 1998, pelo então ministro da Justiça, senador Renan Calheiros, foi irresponsável por ter deixado de observar alguns detalhes, o que estimula conflitos entre os índios".

Salomão Cruz comenta que os indígenas estão bastante divididos, uma parte quer a retirada dos brancos, enquanto que outra defende a integração. Estes sofrerão, caso a homologação atenda os primeiros, discriminação por lutarem contra o isolamento e buscarem a convivência harmônica com os que vivem na região a dezenas de anos.

"É preciso que o presidente da República veja que a proposta de Renan Calheiros está equivocada. O bom senso



Salomão: "Se a Raposa/Serra do Sol ficar como na Portaria 820, entraremos num processo de apartheid"

tem que prevalecer e a homologação deve deixar de fora somente os 20% sugeridos durante a visita do ministro da Justiça, o que não significa demarcação em ilhas. A reserva continuará contínua", frisou o pefelista.

Exclusão

O modelo defendido pelo governo estadual exclui as áreas de expansão urbana de vilas e cidades, as propriedades com títulos definitivos concedidos após consulta à Funai, os arrozaís que não faziam parte da proposta antropológica inicial da reserva e as rodovias com sua faixa de domínio, sejam federais,

estaduais e municipais.

"São pleitos simples e justos. No entanto, ao não atendê-los, se abre inúmeros precedentes". A análise de Salomão Cruz fundamenta-se na demarcação da reserva São Marcos, cujo laudo antropológico não respeitou o núcleo urbano de Pacaraima, hoje município, nem o respeito o lado norte da BR-174, que liga o Brasil e a Venezuela.

"ONG's que lidam com a questão indígena cercaram – em afronta a legislação brasileira – o acostamento de uma estrada de interligação internacional, quando a lei diz ser de domínio público os 50 metros laterais do eixo das rodovias. São Marcos é o exemplo que não se pode repetir na Raposa/Serra do Sol", declarou Salomão Cruz.

Expansão

O vice-governador afirma ainda ser necessário dar um basta nas ações expansionistas de reservas. Cita que existem 32 áreas indígenas em Roraima. "Todas sofreram alterações durante o processo demarcatório, antes mesmo de serem homologadas foram ampliadas no mínimo três vezes, gerando um sentimento de instabilidade", desabafou.

Figura 6 – Texto jornalístico publicado no Brasil Norte

Nesse texto jornalístico pode ser verificada a ausência de alguns fatos relevantes para a notícia como, por exemplo, a influência política do Ministro da Justiça, Marcio Thomaz Bastos, que visitava a capital do Estado de Roraima no mesmo período. Também não foi revelado o motivo da homologação da reserva indígena. Portanto, a notícia foi fragmentada pela imprensa, ou seja, desligada de sua dinâmica, descontextualizada, e isso acabou por distorcer a realidade, criando uma realidade artificial. Em nenhum momento a notícia expõe de forma ampla o cenário em que se desenvolve a trama indigenista. É utilizada uma versão, a do vice-governador, ao invés do fato que gerou a notícia. Então, é a opinião de Salomão Cruz que tem importância principal no texto. Divulga-se, portanto, a versão oficial da notícia deixando calada a voz indígena.

Considerações finais

Incrustadas no interior da floresta amazônica, muitas comunidades indígenas jamais tiveram acesso aos jornais publicados nos centros urbanos. Entretanto, é provável que tenham recebido a visita de vários pesquisadores, estudantes e missionários, os quais divulgaram as suas impressões em trabalhos científicos, páginas da internet ou diretamente aos jornalistas e demais profissionais de comunicação. Em poucos casos, é possível que um indígena tenha conseguido falar diretamente aos jornais, mas foi um representante escolhido, geralmente por Organizações Não Governamentais que também custearam o seu transporte, a sua estadia e alimentação. Portanto, é assim que a informação sobre os povos indígenas mais distantes das cidades alcança a imprensa que não os alcança.

Nesse sentido, o noticiário exibido no Estado de Roraima apresenta uma construção que não foi elaborada apenas pelos jornais, mas por vários atores que atuam numa trama

social já antiga, onde os povos indígenas têm a voz abafada ou excluída por indigenistas e seus reveses numa guerra intermediada da qual essas populações participam indiretamente e sem acesso ao que é publicado. E no meio dessa contenda, embora a imprensa roraimense possa manipular a informação, parece não perceber, em muitos casos, que essa informação já foi enviesada por outros atores, pois é difícil desvendar a trama quando não se participou dos fatos.

A elaboração deste artigo teve o intuito de jogar alguma luz na intrincada teia de interesses que envolve os povos indígenas de Roraima. E a sua produção foi possível devido a pesquisa de campo e a vivência numa realidade de difícil acesso ao estudioso de gabinete, o qual, sem o contato direto com os povos indígenas e sem a interação propiciada pela imersão dentro daquele universo de desenvolvimento da trama, talvez não conseguisse obter a mesma percepção do real que foi aqui brevemente retratada.

Referências bibliográficas

ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação na grande imprensa**: um ensaio inédito de Perseu Abramo. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. 64 p.

ALBERT, Bruce; GOMEZ, Gale Goodwin. **Saúde Yanomami: um manual etnolingüístico**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1997. 304 p.

ALBERT, Bruce. **Os Yanomami**. *Yanomami online*. On-line, 14/08/2010. 1 p. Disponível pela Internet: <http://www.proyanomami.org.br/informacoes.htm>

ALBERT, Bruce. **O massacre Yanomami**. *Povos indígenas do Brasil*. On-line, 02/01/2003. 1 p. Disponível pela Internet: <http://www.socioambiental.org/website/pib/epi/yanomami/urihi.shtm/>

ALBERT, Bruce; RAMOS, Alcida Rita (Org.). **Pacificando o branco**: cosmologias do contato no norte-amazônico. São Paulo: Unesp, 2002.

BALDUS, Herbert. **Bibliografia crítica da etnologia brasileira**. São Paulo : Serviço de comemorações culturais, 1954.

BORTOLUCI, Lauci dos Reis, KAWAHARA, Lúcia. **Orientação bibliográfica**. 2. ed. São Paulo : SBD/FEA/USP, 1998. 14 p.

CAMPOS, Paulo M., SOUZA, Renato C. E. **Imagem do bairro de Santa Tereza em Belo Horizonte**. In: I Congresso Internacional de Arquitetura e Psicologia, Rio de Janeiro, 2000. *Imagem mental e representação social: estudo de caso*. On-line, 02/01/2003. 13 p. Disponível pela Internet: <http://www.a-rq.ufmg.br/rcesar/textos.html>

CASTRO, Eduardo Viveiros de. **A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia**. São Paulo : Cosac & Naify, 2002. 552 pp.

DOCUMENTOS YANOMAMI. **Pesquisa ética: o caso Yanomami**. [S.I.] : CCPY, n. 1, jul. 2002. 133 p.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo : Atlas, 1991. 159 p.

GOFFMAN, Erving. **A representação do Eu na vida cotidiana**. Petrópolis, Editora Vozes, 8ª edição, 1999. 236 p.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **O caso da demarcação da Raposa-Serra do Sol**. On-line, 22/08/2010. 1 p. Disponível pela Internet: <http://www.socioambiental.org/inst/esp/raposa>

FERREIRA, Maria Nazareth. **Alternativas metodológicas para a produção científica**. São Paulo : Celacc/ECA-USP, 2006. 134 p.

FREITAS, Aimberê. **Geografia e História de Roraima**. 5. ed. Manaus: Belvedere, 1997. 158 p.

LIMA, Maria Goretti Leite de. **O índio na mídia impressa em Roraima**. 2001. 1 v. Dissertação (Mestrado) - Curso de Multimeios, Departamento de Artes, Unicamp, Campinas, 2001.

ORTIZ, Hilda B. Dmitruk (org.). **Cadernos metodológicos: diretrizes de metodologia científica**. 4. ed. rev. Chapecó : Grifos, 1999. 81 p.

PY-DANIEL, Victor, SOUZA, Fabiana dos Santos e. **O sistema brasileiro de atendimento à saúde indígena e algumas de suas implicações na cultura yanomami**. In: I ENCONTRO DE ETNOBIOLOGIA E ETNOECOLOGIA DA REGIÃO NORTE, Manaus, 2001. *Id.* On-line, 02/01/2003. 1 p. Disponível pela Internet: <http://nerua.inpa.gov.br/NERUA/23.htm/>

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 2. ed. São Paulo : Cortez, 1996. 272 p.

Apêndice A - Equipamento utilizado em Roraima

EQUIPAMENTO DE MÍDIA UTILIZADO EM CAMPO		
DESCRIÇÃO	MARCA	MODELO
Câmera fotográfica <i>reflex</i>	PENTAX	K 1000
<i>Flash</i> fotográfico	MIRAGE	MV 328
Gravador portátil	PANASONIC	RN 302
SUPORTE DE MÍDIA UTILIZADA EM CAMPO		
DESCRIÇÃO	MARCA	MODELO
Filme fotográfico ISO 400	KODAK	ULTRA
Fita cassete 120 min	PANASONIC	MC 60

Apêndice B - Caderno de campo

(Chegada dia 7 em Ouais)

Ouais 7 de novembro de 2002

11:12 am

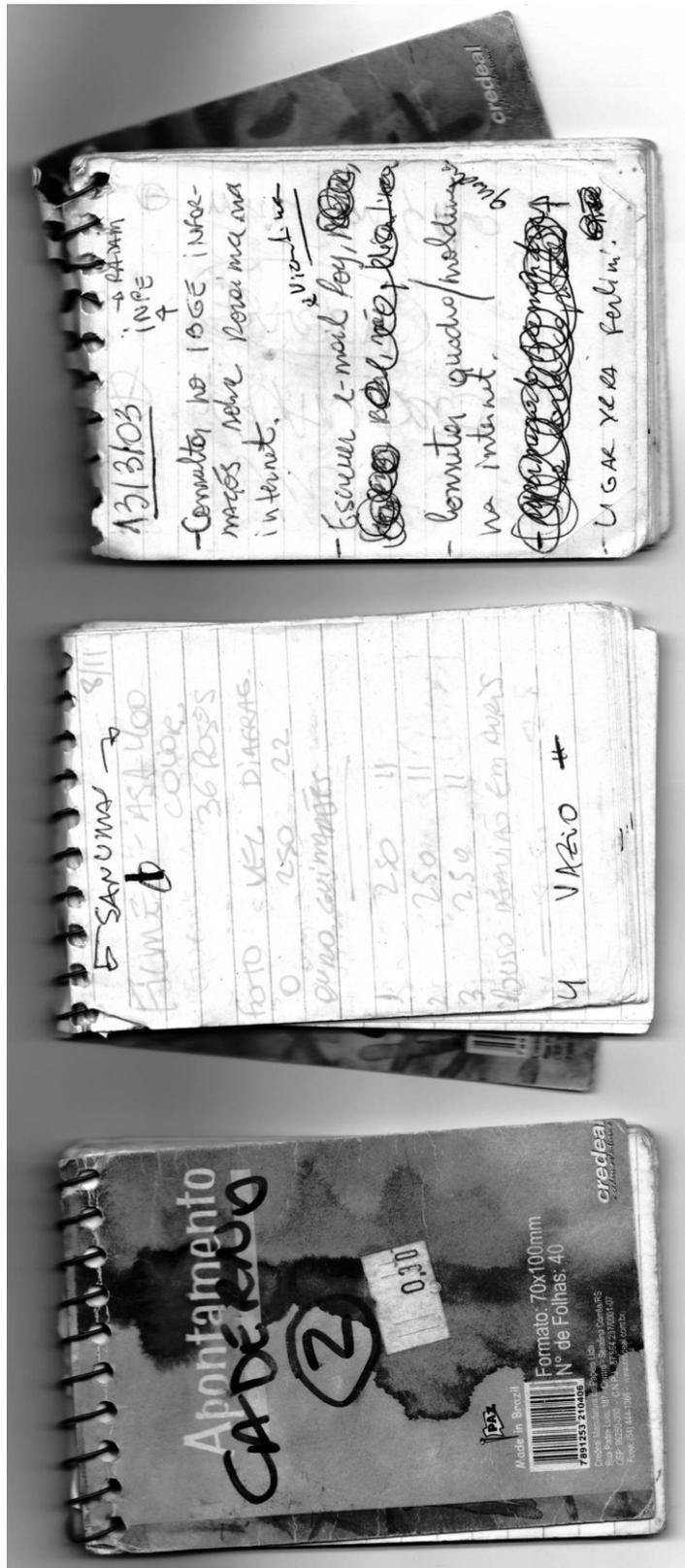
Escola de Ouais, próximo ao posto da URITI, 1ª hilva caminhando pela pista de avião em direção ao exército.

Inicio aqui meu diário de campo, hoje choveu bastante pela manhã, e Elaine - professora, embora ela não tenha ido à escola - havia dúvida quanto a vinda dos currículos à escola por causa da chuva.

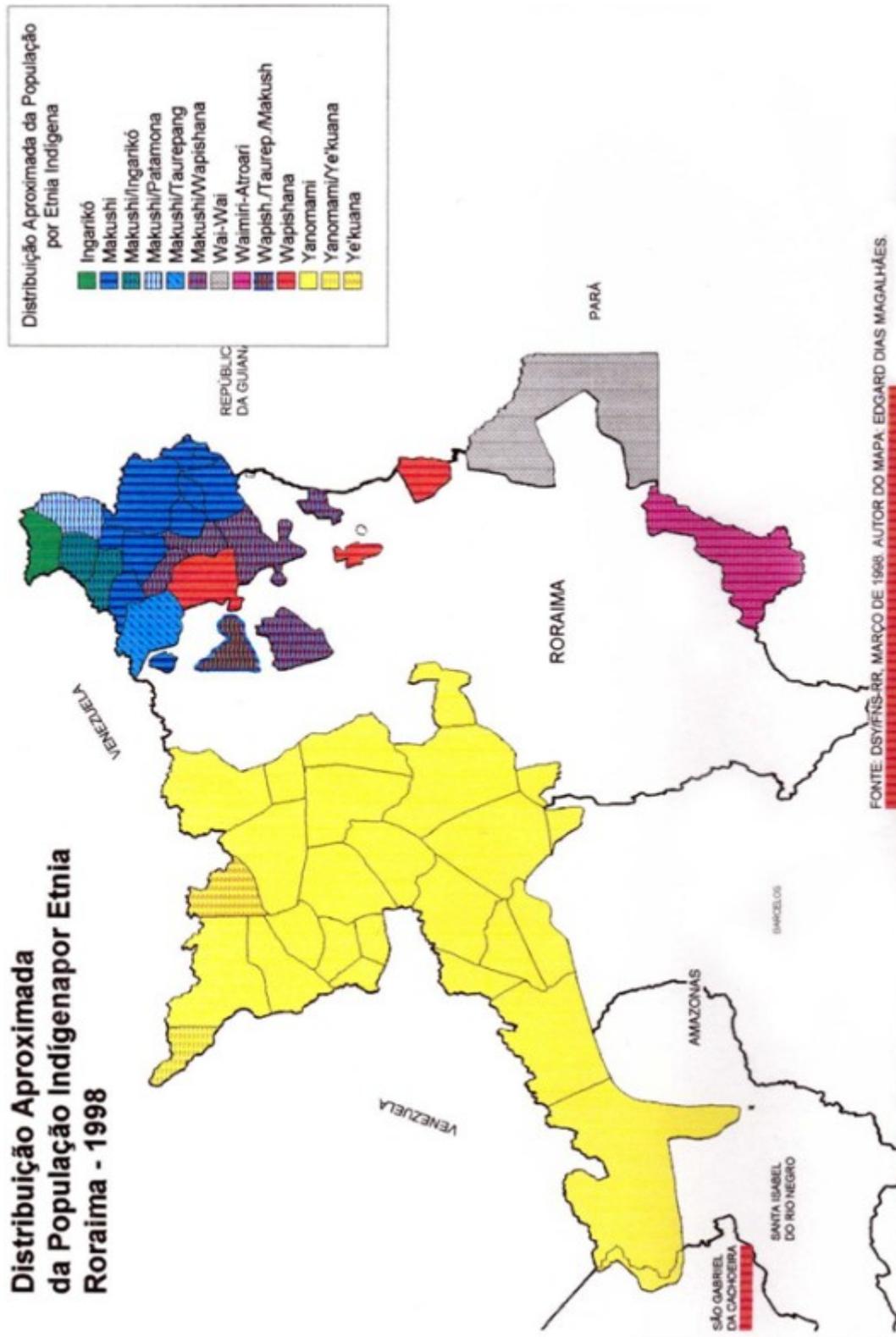
CABIDÊ = O QUE É ISSO.

Redo pt que os currículos, pequenos estudantes 'comuns' desentenderam qq coisa, eu escrevi o nome de cada um e eles pintaram.

Apêndice C - Cadernetas de anotações

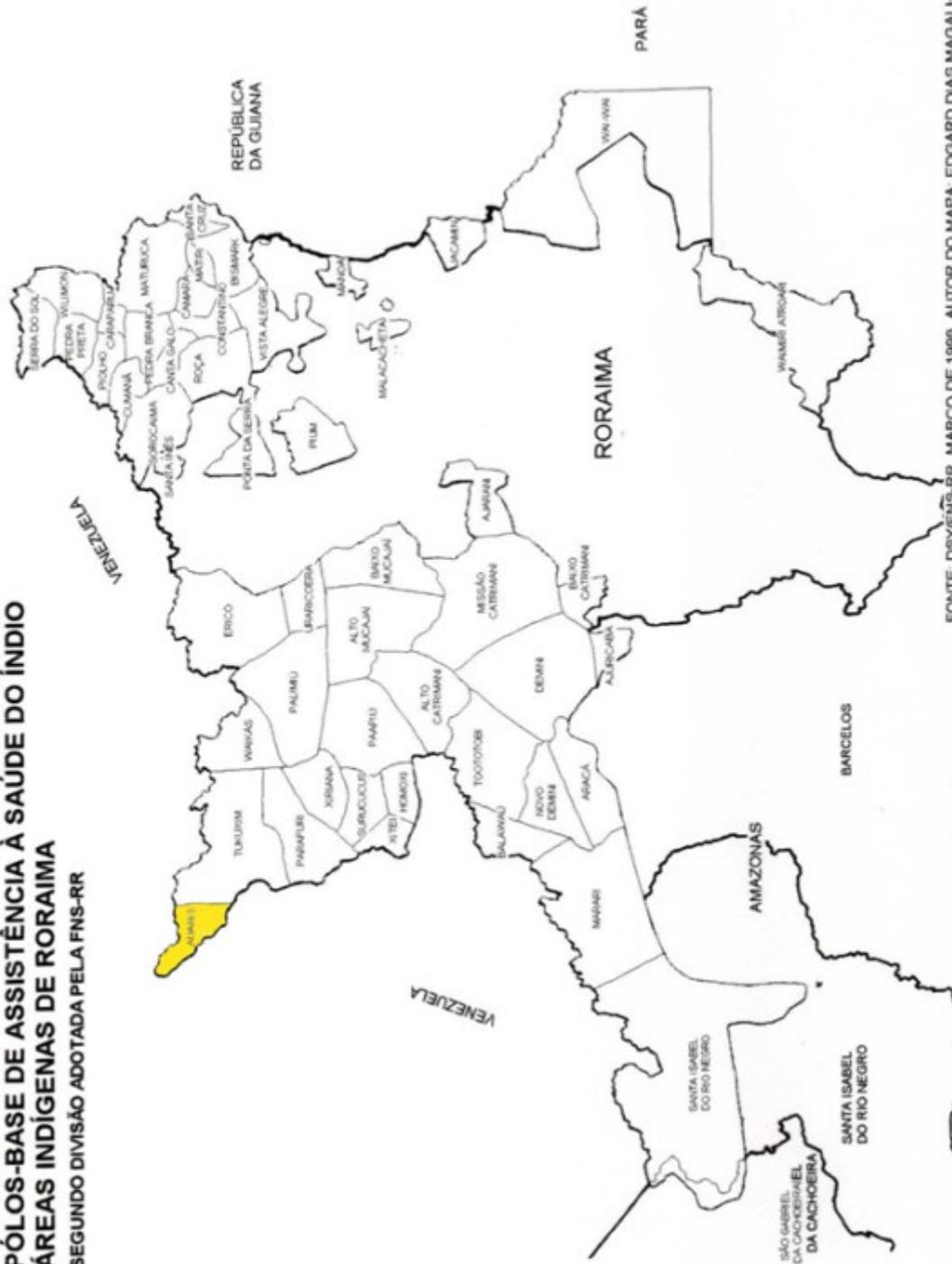


Anexo A - Mapa das populações indígenas por etnia



Anexo B - Mapa das áreas indígenas

**PÓLOS-BASE DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO ÍNDIO
ÁREAS INDÍGENAS DE RORAIMA
SEGUNDO DIVISÃO ADOTADA PELA FNS-RR**



FONTE: DRY/FNS-RR MARCO DE 1988 AUTOR DO MAPA: EDGARD DIAS MAGALHÃES

Anexo C - Família linguística Yanomami

FAMÍLIA YANOMAMI		
AUTODENOMINAÇÕES	NÚMERO DE DIALETOS	NÚMERO DE FALANTES
Sanüma, Tsanüma	3	2000
Yanomae, Yanomama, Yano(w)ami, Yanomami, Yanonamɪ	7	17300
Yanam, Ninam	2	640
Yanomami	2	360

Fonte: RAMIREZ, Henri. Op. cit.

Anexo D – O Caso da demarcação Raposa-Serra do Sol



O caso da demarcação da Raposa-Serra do Sol

A demarcação da Terra Indígena Raposa-Serra do Sol, em Roraima, se viu envolta numa grossa polêmica nacional. Embora administrativamente concluída desde 2005, com a edição do decreto presidencial pertinente, uma operação policial para a retirada de arroteiros ocupantes de parte da área foi objeto de reação violenta e acabou suspensa por decisão liminar do STF, em abril de 2008, ensejando uma manifestação contundente do comandante militar da Amazônia contra a política indigenista. Manifestações favoráveis e contrárias à demarcação se sucederam, com farta cobertura da imprensa.

O processo oficial de reconhecimento dessa terra indígena se arrasta há décadas. Dezenas de pessoas (na maioria índios, mas também não índios) já perderam as suas vidas nessa disputa. Após estudos sucessivos, a área foi formalmente identificada pela Funai em 1993, com a publicação no Diário Oficial da União (DOU) do seu memorial descritivo com as coordenadas geográficas do perímetro proposto para demarcação, que privilegiou limites naturais e excluiu a cidade de Normandia e as terras no seu entorno. Nos doze anos seguintes até a sua homologação, fortes pressões políticas retardaram o processo administrativo e promoveram a invasão de arroteiros, a criação de mais um município dentro da área e a divisão entre lideranças e comunidades indígenas locais.

Porém, a cada fluxo de conflitos, a TI Raposa-Serra do Sol retorna à mídia como se fosse uma novidade. Mudam os atores (agora são arroteiros, mas já foram garimpeiros e criadores de gado) e permanece o enredo, mas para a maioria dos jornalistas e intelectuais, o caso re-emerge, desmemorizado, requentado e apropriado a se enquadrar nas paranóias do momento, a se reduzir a polêmicas entre grupos políticos, entre governo local e nacional, ou se extrapolar como caso de soberania nacional. No calor do debate, informações descontextualizadas e números contraditórios proliferam, ficando difícil para o leitor, cidadão ou observador não especializado entender o que é o que.

O tratamento do caso, frequentemente, tem ignorado os próprios índios. Embora sejam quase vinte mil naquela área, de distintos povos, falando suas próprias línguas, agrupados em quase duzentas aldeias e organizados em entidades próprias, os índios são reduzidos a peças de tabuleiro, ou simplesmente desaparecem da história, substituindo-se os seus direitos e anseios por supostos interesses de terceiros.

Para repor a história do caso, recuperar a memória dos intelectuais e prevenir a opinião pública brasileira e as autoridades com poder de decisão, o ISA publica este dossiê que contém documentos, mapas, artigos assinados e notícias.

Fonte: Instituto Socioambiental. Op. cit.